



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022 --

Aos vinte e cinco do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

O deputado municipal José Fernando do Rego Cordeiro, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Martins Rodrigues. -----

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Silva. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas, e cinco minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Humberto da Costa Cerqueira, declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para sinalizar, como não é novidade para ninguém, que vivemos desde ontem um tempo de guerra aqui na Europa, o que é motivo de preocupação e de alguma apreensão por aquilo que se está a passar, o que se passou e aquilo que eventualmente se poderá vir a passar. Referiu que gostava de partilhar com os senhores deputados esta preocupação e também, em memória dos ucranianos que já morreram, deixar aqui um testemunho de evocação da paz e que os próximos tempos, apesar daquilo que vivemos nestes dois dias, possam ser tempos de maior tranquilidade e que



[Handwritten signature]

este drama humano possa terminar no mais curto espaço de tempo. Terminou dizendo que ficava aqui registada a solidariedade desta Assembleia Municipal para com o povo ucraniano que vive este drama e os votos para que este drama termine o mais rápido possível e, se possível, com o menor número de vítimas possível. -----

A deputada municipal **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos** usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara, sendo do conhecimento público a aposta na valorização dos percursos pedestres do concelho por parte do atual executivo, no sentido de saber o que está a ser planeado e executado para a valorização destes mesmos percursos. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara relativamente ao conjunto de obras estruturantes já adjudicadas e iniciadas pelo anterior executivo quanto ao novo prazo de entrega das mesmas, nomeadamente a questão do saneamento da freguesia de Mondim, o pavilhão gimnodesportivo, a obra da Barca, a Casa Mortuária e as pavimentações na Pedreira, Vilarinho, Campanhó, Teção e Vilar de Viando. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que gostaria de colocar algumas questões. Referiu que foi anunciada a abertura do concurso para a concessão da Casa da Igreja pelo Programa Revive, programa que toma conta dos projetos turísticos, pelo que gostava de saber qual é a intenção da Câmara Municipal relativamente a este caso dado que no seu programa eleitoral previa dar-lhe outro tipo de utilização. Perguntou se estava na intenção do executivo retirar a Casa da Igreja do Programa Revive. Questionou em que ponto se encontra o acordo com as Águas do Norte relativamente à concessão da exploração da rede de saneamento em alta na área do concelho de Mondim de Basto, negociada com o anterior executivo socialista, mas que ainda não foi submetido à aprovação desta Assembleia Municipal. Pretendia que também fossem esclarecidos os seguintes pontos: para quando está prevista a desativação da ETAR da Reta da Pena, acabando assim um foco de poluição que se está a verificar no rio Tâmega; para quando está prevista a ligação da rede de saneamento, já em funcionamento, à estação elevatória, já executada pelas Águas do Norte, que irá elevar o saneamento para a ETAR de Britelo; que valores de saneamento irão os mondinenses pagar. Ainda sobre este assunto, referiu que toda a obra do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

me

saneamento feita ultimamente não está ligada à rede geral pelo que se depreende que, nas diversas localidades (Montenadouro, Montão, Monte da Barca, Pedravedra), as habitações tenham o esgoto a cair nas fossas particulares. Para quando é que se prevê que esta rede de saneamento comece a funcionar? Em que ponto se encontra a ETA de Suídnos? Vai ser reativada conforme constava do programa eleitoral do PSD? Foram feitas algumas diligências junto da Comissão de Coordenação da Região Norte no sentido de evitar a devolução da comparticipação comunitária recebida por este município? Salientou que um dos pontos quentes da campanha eleitoral do PSD foi a acusação pública de que os serviços da Câmara responsáveis pelo licenciamento de obras particulares funcionavam muito mal, aliás o CDS também defendeu esta situação, nomeadamente na demora excessiva na apreciação dos pedidos de licenciamento de projetos de construção. Uma vez que, quase cinco meses depois da tomada de posse do atual executivo, a situação se mantém inalterada, continuando os munícipes a deparar-se com uma demora excessiva dos tempos de aprovação dos projetos de investimento, perguntou o que estará a pensar o executivo fazer nestes serviços de forma a agilizar e a reduzir o tempo de licenciamento para dentro dos prazos legalmente exigíveis. Para terminar, colocou uma questão, não diretamente à Câmara mas ao município na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, que tem a ver com o funcionamento das comissões. Recentemente foram eleitas um conjunto de comissões e a sua questão vai no sentido de saber se já se realizaram reuniões e se a Assembleia Municipal vai ter algum reporte destas informações e dessas reuniões. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que chegou ao conhecimento do público, poucos dias após as eleições legislativas, o que naturalmente estranham, que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática viabilizou a pesquisa de prospeção de lítio na área de seixoso-vieiros que abrange também o território do concelho. Estando o tema do lítio novamente na agenda manifestou que gostaria que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse sobre as diligências que tem feito sobre este assunto, sendo pública a sua posição e também dos restantes autarcas dos municípios envolvidos, bem como a sua ida ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática. Gostaria que lhes desse mais detalhes sobre esta temática do lítio no concelho. De seguida referiu que o vírus da covid 19 parece



finalmente dar algumas tréguas ao mundo, ao nosso país e também ao nosso concelho. É público que no mês de janeiro assolou de modo significativo o país e também o concelho de Mondim de Basto. Agora que as restrições são cada vez menos e que se prevê um período de retoma da economia, questionou se o município tinha algum plano de apoio e dinamização do comércio local. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para esclarecer que relativamente às comissões não estava capaz de dizer se é obrigatório ou se é prática os deputados que foram eleitos para essas comissões reportarem à Assembleia Municipal as reuniões, podendo fazer sentido ou não, até porque as reuniões são convocadas pelo Presidente da Câmara ou pelos vereadores. Referiu que foi convocado mas não pôde estar na reunião do Conselho Municipal da Educação, desconhecendo se foi realizada mais alguma reunião, mas que se poderia fazer esse ponto de situação e na informação do executivo mencionar as reuniões e as datas e eventualmente um breve resumo. Referiu que queria dar aqui uma nota, sem querer naturalmente interferir nas intervenções dos senhores deputados, mas não deixa de notar que o senhor deputado José Brás, sendo membro do executivo, e tendo informação privilegiada que mais ninguém aqui dentro tem, devia ter alguma contenção nas perguntas que faz ao senhor Presidente da Câmara porque, trabalhando diariamente com ele, é suposto que algumas perguntas que o senhor deputado coloca ali tenham resposta antecipada e sejam do seu conhecimento. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que, não procurando interferir com aquilo que é a ordem desta Assembleia, no seguimento da intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal e por essa ordem então os senhores deputados do Partido Socialista não faria sentido estarem aqui presentes porque também têm os vereadores que discutem alguns destes assuntos. Crê que qualquer membro desta Assembleia terá toda a legitimidade para a qual foi eleito e é no exercício dessa atividade que aqui estão. Relativamente à questão colocada sobre o ponto de situação dos percursos pedestres, referiu que já tem vindo a ser do conhecimento público aquilo que tem sido uma preocupação na valorização dos percursos pedestres, até porque a situação que encontraram é que, dos oito percursos existentes no concelho, apenas um está homologado e portanto há aqui



f me

a necessidade também de fazer um trabalho não só de valorização naquilo que tem a ver com a conservação mas procurar também que o processo de homologação possa ocorrer em mais do que um percurso. Tem havido lá já um conjunto de intervenções, nesta primeira fase mais de limpeza, no sentido de procurar corrigir algumas situações, até de mobilidade, mas já estão também levantadas necessidades de maior intervenção. Aproveitou para agradecer às juntas de freguesias e aos conselhos diretivos que têm colaborado com os serviços do município para que isso seja feito e que já foi feita essa intervenção em mais de 20 quilómetro, o que vai também de encontro a uma medida que estão a procurar levar a cabo, e aqui também cruzando com ações para o comércio, desenvolvendo uma campanha no mês de março onde se irá procurar antecipar o convite dos turistas e de toda a comunidade para que visitem o nosso concelho logo após este período de desconfinamento que se está a viver. Portanto, se estamos a convidar as pessoas para visitarem o nosso concelho, faz sentido também que procuremos ter nesta fase alguma atenção naquilo que possa ser a limpeza. Obviamente que será difícil fazê-lo em simultâneo em todos os locais pelo que se está a procurar fazê-lo nos locais com mais procura, não descurando a necessidade de se fazerem estas intervenções. Sobre a questão colocada sobre o ponto de situação de um conjunto de intervenções, começou por referir que, relativamente ao pavilhão desportivo municipal, não estava prevista intervenção na canalização do pavilhão na distribuição das águas e portanto irão aproveitar a intervenção que está a ser feita da cobertura e procurar que as obras fiquem o melhor possível. Portanto será já com essa nova intervenção que se irá procurar reabilitar a canalização das águas e procurar resolver esse problema. Relativamente a algumas pavimentações esclareceu que se está a aguardar que as condições atmosféricas assim o permitam. Sobre a obra de ligação da Barca a Atei está a decorrer o processo de expropriação e é isto que está a fazer com que o processo demore. Sobre a questão colocada sobre a Casa da Igreja e o Programa Revive, esclareceu que era intenção do município retirar este imóvel do programa, e portanto fazer jus àquilo que foi também a proposta do PSD. Está agendada com o Turismo de Portugal uma reunião precisamente para falar sobre este assunto e já foi transmitida a intenção da município e esperamos que seja possível concretizar. Sobre a questão colocada relativamente às Águas do Norte, aguarda-se uma reunião para fazer



precisamente o ponto de situação e para ir de encontro àquilo que são as preocupações que o senhor deputado demonstrou e que são também as do executivo. Sobre a desativação da ETAR esclareceu que enquanto o sistema de saneamento não estiver ligado ela terá que continuar a funcionar. Referiu que não tinha sido renovada a licença junto da APA para o funcionamento desta ETAR mas que estavam a resolver essa situação precisamente porque, embora não sejam as condições ideais, são as condições que têm pelo que é necessário procurar estar legalmente também preparados para que possa funcionar. Relativamente à ETA de Suídnos, referiu que já reuniu com a CCDR, já deu nota da vontade em resolver a situação. Crê que é uma situação que não agradará a qualquer mondinense dado o tempo que já decorreu e ao executivo também não, todos querem ver este assunto resolvido e por isso procuram encontrar por parte desta entidade a colaboração necessária para que se encontre uma solução. Relativamente ao urbanismo e ao tempo de demora, confessou que não é essa a perceção que tem em termos de tempo e avalia também os processos que têm sido despachados, alguns com mais de um ano de atraso de decisão, portanto acredita que ainda possa não estar na situação ideal mas por aquilo que têm sido os processos despachados crê que estará certamente melhor, mas obviamente que terá que continuar a haver aqui um envolvimento de todos, executivo e técnicos. É esta a sua pressão reconhecendo sempre que é um assunto delicado que terá de ter sempre a preocupação de agilidade. Relativamente à questão colocada sobre o lítio, é do conhecimento público que a reunião de Câmara de 3 de fevereiro aprovou por unanimidade uma moção contra o lítio, que no dia 8 houve uma reunião dos autarcas que englobam a área de preparação para que no dia 9 fossem recebidos pelo senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática. Deram nota do que eram as suas preocupações, o polígono que foi apresentado foi também alvo de preocupação porque englobava uma área muito grande com a informação de várias zonas urbanas, no caso Felgueiras pois a cidade está toda integrada neste polígono, mas também no nosso concelho percebemos que toda esta zona junto ao Tâmega estava também lá inserida. Dar nota, em coerência também com o que têm vindo a defender numa posição muito fundamentada e técnica, daquilo que foi uma solidariedade de todos os autarcas, colocando qualquer questão partidária de lado, e uma preocupação essencial por aquilo que possa ser a qualidade de vida dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

me

habitantes de cada um dos concelhos. Dar também nota que saiu dessa reunião dos autarcas a possibilidade de realizar um contacto com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e com a Universidade do Minho no sentido de se poder ter uma equipa técnica especializada nesta área que possa ajudar os municípios naquilo que possa ser também a defesa do território. Relativamente à campanha que possa ajudar e promover o comércio local, referiu que será lançada na próxima semana uma campanha onde se irá promover o nosso território, promover a nossa gastronomia, incentivar as pessoas a visitar o nosso concelho, procurar que nesta visitaçaõ possa haver aqui um retorno, não só para a restauração mas também para o comércio local. Existe também uma campanha preparada com uma devolução de um valor monetário para que as pessoas possam gastar e deixar dinheiro no nosso comércio local, procurando envolver uma vez mais todas as organizações do concelho e algumas associações. Pretende-se também realizar um conjunto de caminhadas que possam incentivar as pessoas a explorarem o concelho e a realização do festival do Teatro que irá decorrer no mês de março onde irá procurar ter uma oferta cultural mais robusta. Referiu que o objetivo é procurar efetivamente que as pessoas antecipem aquilo que possa ser uma visita ao nosso concelho no período de verão e que possam vir mais cedo para que desta forma a nossa economia possa receber as pessoas e criar com isso alguma dinâmica. Referiu que no ano passado existiu legalmente a possibilidade de isentar um conjunto de taxas ao abrigo daquilo que foi a lei que foi publicada no âmbito do covid mas que agora é necessário procurar formas mais criativas de poder ajudar a dinamizar a nossa economia local. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que o próprio prometeu ser o Presidente de todos os mondinenses mas quando olha aqui para a sua postura de confrontação vê que não é bem assim. Acha que o seu papel aqui deveria ser de senador e não de espalhafogos. Referiu que é deputado municipal eleito pelo voto universal e direto de todos os mondinenses tal como o senhor Presidente da Assembleia foi eleito deputado municipal mas que foi eleito como Presidente da Assembleia Municipal por voto indireto ou direto dos deputados municipais mais os presidentes de junta, ou seja, não foi eleito Presidente da Assembleia Municipal pela maioria dos mondinenses. Gostava



de defender a sua honra pedindo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que explicasse onde é que na sua intervenção referenciou informação privada ou de foro profissional. Cingiu-se a coisas públicas e fez perguntas sobre coisas que se estão a passar na atualidade do país e de Mondim de Basto. Gostava de o desafiar a apresentar algum parecer jurídico contra a sua presença nesta Assembleia Municipal pois tem um parecer jurídico que defende a sua presença nesta Assembleia Municipal. Terminou dizendo que não se iria deixar intimidar e que iria fazer as suas intervenções consoante a sua opinião. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para agradecer ao senhor Presidente da Câmara as respostas dadas mas que faltou a questão do saneamento e aquilo que realmente perguntou era se já tinha conhecimento das datas dos novos prazos de entrega das obras. Relativamente ao Programa Revive, e uma vez que o senhor Presidente da Câmara já assumiu que irá abandonar o projeto, a seu ver trata-se de um erro estratégico na gestão do erário público. O programa Revive era uma ótima oportunidade para encontrar uma solução de dinamização da Casa da Igreja e ao mesmo tempo salvaguardar o interesse público. Desperdiçar uma candidatura aprovada que iria permitir requalificar este equipamento, sem qualquer custo para a autarquia, é, na ótica do Partido Socialista, mau para Mondim. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que relativamente à questão sobre as obras que começaram e que foram interrompidas queria questionar o seguinte: normalmente na execução das obras havia gabinetes que de alguma forma estavam a fiscalizar a execução dos trabalhos pelo que questionou se os gabinetes se mantêm relativamente às obras que estão em curso ou houve substituição em alguma fiscalização em algumas obras. A dúvida que tem é que se havia gabinetes que estavam a fiscalizar a execução das obras estes têm que ser responsáveis. -

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para, em resposta à questão colocada pelo senhor deputado Fernando Silva, dar nota que houve substituição de alguma fiscalização e o término de algumas delas, o que acabou também por ser uma poupança para o município, mas também procuram um acompanhamento mais personalizado e próximo dessa execução. É sua preocupação que essa execução possa ocorrer o mais rápido possível e, fazendo já aqui a ponte para



1 gme

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a questão do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que a obra de saneamento já está reativa no centro da vila e, até porque se trata de uma candidatura, tem os prazos acrescidos. Deu nota que relativamente às outras situações de prazos concretos neste momento não lhe consegue transmitir mas procurará dar essa informação. Relativamente ao programa Revive perguntou qual é que foi a candidatura aprovada porque, no âmbito do programa, não há qualquer candidatura aprovada que implique aqui qualquer tipo de investimento. Havia sim a inscrição do imóvel no programa que depois poderia ser alvo de uma consulta pública e poderia ser ou não concessionado, mas que nem sequer chegou a ser. Portanto referiu que ao fim deste tempo todo não houve qualquer desenvolvimento relativamente à integração da Casa da Igreja neste programa, não há qualquer candidatura aprovada que permita a sua reabilitação, o que este programa poderia permitir era poder haver um concurso de concessão, o que não aconteceu. Relembrou que já houve a tentativa de venda deste imóvel e que não houve ninguém a ter condições para o adquirir. -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 17 de dezembro de 2021 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 17 de dezembro de 2021 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Aprovação da 1ª Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que, na sequência de uma sugestão / recomendação da última Assembleia da possibilidade de que estas assembleias possam ser transmitidas para haver mais pessoas a poderem assistir a partir de casa, é necessário fazer uma alteração ao Regimento e depois fazer uma aprovação do Regulamento dessas transmissões. Referiu que foram consultados os diferentes grupos municipais e houve concordância relativamente às transmissões da Assembleia Municipal. Acrescentou que, sobre a forma como elas são transmitidas, existem aqui questões que têm de ser faladas. Estes dois pontos da ordem do dia pretendem acolher no regulamento e no regimento a possibilidade das transmissões para que, além das pessoas que estão aqui no público, a partir de casa haja muita mais gente a assistir às assembleias municipais em direto, com os meios que o município irá disponibilizar. -----



O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto o grupo municipal do Partido Socialista já tinha manifestado junto do senhor Presidente da Mesa a concordância com a transmissão destas assembleias em direto. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Proposta aprovação da 1ª Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.3- Aprovação do Regulamento de transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Mondim de Basto -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, no que concerne este regulamento, cabe-lhes dizer que não têm qualquer objeção com a transmissão contudo há que assegurar a dignidade, a seriedade e o cumprimento do Regimento deste importante órgão. Assim, sugeriu que a transmissão seja efetuada pelo site do município ou, caso seja realizada via canal youtube da autarquia ou rede social facebook, que a caixa de comentários esteja inativa. Se nesta Casa se exige o cartão de cidadão e a apresentação do tema a expor, parece-lhes no mínimo imprudente deixar que se façam comentários sem qualquer escrutínio, quer da identidade de quem os faz, bem como dos termos e dos conteúdos, o que poderá pôr em causa a integridade deste órgão. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que é com orgulho e satisfação que veem apresentado e certamente aprovado o Regulamento de Transmissão em Direto das reuniões da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, proposto pelo PSD ainda no anterior mandato da Assembleia Municipal. A transmissão em direto das reuniões aumenta a proximidade, a interação e a envolvimento com os munícipes que possam acompanhar em tempo real e à distância as atividades do órgão deliberativo do município. Desta forma, veem concretizado aquilo que defenderam no passado, em consonância com a sua forma de estar na política, com o reforço da transparência e da democracia no nosso concelho. É de salientar aqui que, outrora, o Partido Socialista, que dispunha de uma maioria absoluta e confortável, quer no executivo, quer na Assembleia Municipal, nunca acolheu esta proposta agora apresentada. É com agrado que agora verificam que mudaram de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que

opinião. Não deixam no entanto de referir que a posição do Partido Socialista é diferente quando está no poder ou quando está na oposição. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que queria fazer uma ponte com aquilo que o senhor deputado Vítor Costa acabou de dizer. Referiu que não estava a fazer análise da sua posição mas aquilo que disse não é verdade no sentido de que esta proposta não foi do PSD. Não sabe se outrora, em anteriores mandatos, teria sido mas não foi, aliás basta ler a ata que diz precisamente quem é que fez a proposta. A proposta foi sua, fez uma recomendação. Claro que não podia ser proposta porque foi no período antes da ordem do dia mas fê-lo como recomendação, pelo que tem uma autoria. Já antes podia ter sido discutida mas agora, neste mandato, e na situação em voga em que estamos, temos que dar o seu a quem de direito. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que esteve na reunião em que foi sugerida esta proposta mas que no passado a mesma já tinha sido sugerida pelo PSD. Quem nunca aceitou estas propostas foi o Partido Socialista com maioria, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal. Foi isso que referiu.-----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o senhor deputado Vítor Costa devia estar enganado porque nunca foram auscultados no sentido de se proceder a esta alteração. Foi feito este pedido no momento em que começou a pandemia porque poderia haver essa necessidade. Em vários momentos se tentou instalar os equipamentos para proceder a essa transmissão mas nunca foram auscultados por isso nunca foram contra. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que, face à discussão sobre a paternidade ou maternidade do regulamento, em bom rigor, o pai do regulamento é o Presidente da Assembleia Municipal uma vez que foi quem fez a proposta. Mas acrescentou que tinha que dizer que, pois as coisas são como são, a questão foi suscitada pelo deputado Fernando Silva na última reunião. -----



X me

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que gostava que fosse garantido que a caixa de comentários irá ficar inativa pois caso contrário não se sente confortável para votar favoravelmente. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que, havendo aqui um acordo de cavaleiros entre todos, e ficando em ata, lhe parece que na próxima assembleia em abril o município disponibilizará os meios para que essa Assembleia seja transmitida. Naturalmente que sempre que haja alguma questão que tenha que ser resolvida e analisada estaremos cá para o fazer sempre de boa-fé e com o pressuposto que é único que é que esta assembleia seja transmitida de forma a haver muita gente que a partir da sua casa possa ver a Assembleia Municipal. Parece-lhe que a questão que o senhor deputado Carlos Macedo colocou é muito pertinente no sentido de permitir que se assista em casa mas que a participação pública seja presencial, ou seja, quem quiser intervir na Assembleia terá que naturalmente continuar a fazê-lo aqui porque não faria sentido que não fosse desta forma porque senão entraríamos numa dimensão que seria muito difícil de controlar. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação do Regulamento de transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Mondim de Basto** que foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para deixar uma recomendação para que, se possível, na próxima assembleia se possa já testar este dispositivo. -----

2.4- Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2022 -----

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para perguntar se, com o orçamento de 13.460.592 Euros, mais resultados transitados de 2.567.173,55 Euros, que perfaz um total de 16.027.765 Euros, não estará na altura de convidar os presidentes de junta para negociação referente à Lei das competências? Já têm alguma data programada? No que diz respeito à gestão dos cemitérios, contemplando apenas a freguesia de São Cristóvão de Mondim, com total apoio na gestão do cemitério, considera que, na negociação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Lei das competências, a Câmara Municipal deveria assumir a gestão de todos os cemitérios do concelho ou dotar as juntas de freguesias de verbas equivalentes para fazer face a tais despesas. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que gostaria de saber se, dois meses depois do orçamento, há novos elementos que vêm aqui colocar esta nova revisão. Aproveitou para responder que a gestão do cemitério de Mondim de Basto não cabe à Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto pois ela é municipal. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dar nota que esta incorporação do saldo de gerência do ano anterior tem sido uma prática de anos anteriores e que certamente continuará a ser já no próximo ano. Pode constatar-se que uma verba significativa está cativada para a redução das transferências do Estado, prevista na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2022, no valor de 574.000 Euros. É com satisfação que verificam que o Plano de Investimentos será reforçado em 622.000 Euros e que o Plano de Atividades será reforçado em 582.000 Euros. Como é óbvio, nem todas as rubricas puderam ser reforçadas mas não deixa de ser curioso ver o Partido Socialista insurgir-se contra a abertura das rubricas no valor simbólico de 100 Euros quando no passado recente o fez e o fez de forma recorrente. Senão veja-se que no orçamento municipal de 2019, por exemplo, o Partido Socialista o então executivo municipal, tinha 40 rubricas no valor simbólico de 100 Euros abertas, que no orçamento municipal de 2020 o executivo do Partido Socialista tinha 46 rubricas no valor simbólico de 100 Euros abertas e que no último orçamento de 2021 o Partido Socialista havia um total de 26 rubricas no montante de 100 Euros abertas. Deixa só isto para reflexão para que se possa ter um debate sério e esclarecedor nesta Casa da Democracia. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que no documento que lhes é apresentado não podem deixar de relevar que o saldo de gerência de 2021 vai permitir incorporar perto de 2.600.000 Euros no orçamento inicialmente apresentado. Reparam que esta verba fez com que houvesse um reforço em várias rubricas. Contudo não podem deixar de notar um aumento exorbitante do valor designado para estudos, pareceres, projetos e consultorias. Gastar perto de



500.000 Euros nesta rubrica parece-lhes claramente exagerado quando existem outras áreas de intervenção mais urgentes. Relativamente à água, consideram que nunca se gastou tão pouco nem previu gastar tão pouco, cerca de 65.000 Euros. Esta é uma área em que o nosso concelho deveria continuar a investir permitindo assim melhorar este serviço e mantê-lo na esfera pública. Do valor total incorporado, para obras são indicados apenas 600.000 Euros. Os outros 2.000.000 Euros são para outros tipos de despesas. O centro de gestão florestal só tem 25.000 Euros pelo que questionam o que é que se pretende fazer com este valor e criar aqui este novo centro de gestão florestal. Para as competências digitais está alocada uma verba de cerca de 30.000 Euros: o que é que está previsto concretizar com este valor? Reparam também que há 10.000 Euros para um plano de gestão florestal da Senhora da Graça. Supostamente, este plano propõe-se atuar nas áreas de intervenção dos baldios de Vilar, Mondim e Atei. Como pretende colocar em prática este plano? Em que moldes irá funcionar a rede de centros de convívio com a dotação de 25.000 Euros neste orçamento? -----

O Presidente da Junta da Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que a sua presença aqui é como representante da sua freguesia e por isso gostava de ver na alteração, principalmente, a Estrada Nacional 312 que é uma urgência e tem pena que não esteja lá e também vê que existe uma verba para loteamentos e espera que Atei esteja incluído. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder às questões colocadas. Em primeiro lugar, e respondendo ao senhor Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, deu nota que estão a aguardar esta alteração e querem no próximo mês de março encetar o diálogo com as juntas de freguesias tendo em conta a transferência de competências. Sobre a questão colocada sobre o cemitério referiu que o senhor Presidente da Junta já tinha dado nota na reunião de preparação do orçamento e poder-se-á ver que condições possam haver, embora cada situação será sempre diferente em cada uma das juntas de freguesia, mas fica aqui registada a sua preocupação. Relativamente à questão colocada pelo deputado Fernando Silva, referiu que esta alteração tem essencialmente a ver com a transferência do saldo de gerência do ano passado. É algo que já tem acontecido em anos anteriores e que irá certamente acontecer nos próximos anos para que na primeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

File

reunião da Assembleia Municipal se possa fazer a transferência do saldo da gerência anterior. É um saldo que gostávamos todos que fosse o maior possível. Por um lado existe o valor do orçamento que é um valor significativo mas depois verifica-se que ainda é insuficiente para as necessidades das freguesias do concelho. Obviamente que procuram aqui, dentro daquilo que é possível - há aqui rubricas que gostariam que estivessem mais cabimentadas mas é o possível - dar resposta àquilo que são as necessidades. Relativamente às questões colocadas pelo deputado Carlos Macedo, referiu que iria tentar responder a todas. Em relação ao centro de gestão florestal referiu que será uma intervenção que se irá fazer já no local. Gostaria que o valor fosse mais mas é o possível. O plano de gestão florestal irá ser executado com o diálogo com os cogestores destes locais e pensa que será um interesse de todos conseguirem ter o monte da Senhora da Graça com uma estratégia bem definida para a floresta e, obviamente, não sobrepondo o papel que é o de cada um mas sim juntos, de forma a otimizar o trabalho em equipa. Relativamente aos centros de convívio, gostariam de ter um valor ainda maior mas procurarão ainda assim, dentro daquilo que é a disponibilidade financeira, ir avançando com aqueles que forem possíveis e avançar com essa rede. Não se irá conseguir criar uma rede de um momento para o outro e provavelmente não se irá conseguir chegar a todos os locais neste ano mas é preciso começar por algum lado e, com aquilo que for a verba disponível, procurar-se-á criar e dotar esses centros de convívio. Sobre a questão do valor afeto para projetos, referiu que o senhor Presidente da Junta de Ateí falou aqui em duas obras mas há outra na freguesia de Ateí que é a intervenção na Praça, e estas intervenções carecem de projetos. Existem outras nas restantes freguesias e se não tivermos a capacidade de termos um valor para podermos realizar projetos, aproveitando também aquilo que é o novo ciclo de fundos comunitários, a oportunidade é agora e daí também a dotação desta verba. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou à votação a **Proposta aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2022** que foi aprovada por maioria com dez votos a favor e onze abstenções. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a declaração de voto no sentido da abstenção dizendo que percebem que as condições



financeiras deste executivo são as maiores e que vão trabalhar com o maior orçamento de sempre, o que muito os apraz. No entanto, é importante ter critérios nas escolhas e priorizar as áreas que carecem de uma intervenção mais urgente, algo que, no entender do Partido Socialista, não está acautelado e que não deixa de ser curioso que aquilo que suportou o voto contra do PSD no orçamento de 2021 não esteja agora inscrito no próprio orçamento. O sentido de voto foi a abstenção porque, embora não concordem com muitas das opções e prioridades inscritas no orçamento, não terão a tentação de condicionar a gestão do atual executivo. -----

2.5- Aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais ---

A deputada municipal **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos** usou da palavra para dizer que a alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais que o executivo municipal propõe lhes parece uma medida de gestão equilibrada e assente numa estratégia que foi validada pela maioria dos mondinenses nas últimas eleições autárquicas. A criação de duas unidades de terceiro grau destinadas à saúde, ação social e educação, competências que passarão para a esfera do município no próximo dia 1 de abril, revela que o atual executivo se está a preparar para os novos desafios. A criação de uma unidade de segundo grau para o desenvolvimento económico do concelho é, para eles, uma prova da valorização do atual executivo do setor primário mas também do setor do turismo que se encontram na esfera direta do urbanismo, perdidos na orgânica do município. Esta nova divisão dará suporte aos empresários e empreendedores que pretendam investir em Mondim pois no atual organograma não existe este apoio. Urge criar riqueza no nosso concelho e acreditam que com esta alteração da estrutura orgânica estarão mais perto de atingir este objetivo. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que sobre esta alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais fez uma análise da proposta baseada nos documentos que lhe foram enviados. Entende que a justificação para a necessidade desta alteração assenta supostamente na necessidade de enquadramento nos serviços municipais, face às novas competências que o município de Mondim irá ter muito brevemente. Tal justificação teria todo o cabimento se essas mesmas competências já não estivessem contempladas na atual estrutura orgânica, embora numa dimensão reduzida, o que os leva a considerar que bastaria um simples



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

reforço, com mais pessoal habilitado para o exercício dessas funções. Era expectável e desejado que a política de gestão dos serviços municipais seguida pelo atual executivo fosse diferente da seguida pelo anterior executivo. Possivelmente foi esta a expectativa de mudança mas, a seu ver, verifica que não. Acha nefasto a politização e partidarização dos serviços ao nível dos respetivos dirigentes que ainda é mais intensa do que anteriormente. Basta analisar as últimas substituições nas chefias que recentemente aconteceram e o mapa de alteração de pessoal de 2022. Não se verifica quaisquer argumentos válidos para a não renovação das comissões de serviço das chefias da Divisão de Desenvolvimento Social e da Divisão de Administração do território quando procederam às respetivas exonerações. Tratando-se de lugares técnicos em que a competência deveria ser a única condição para a nomeação para os lugares, nos despachos de não renovação das comissões de serviço publicados no site do município nada é referido relativamente ao motivo que justificou as exonerações referidas. Apenas é referido que não estão reunidas as condições necessárias para a manutenção da designação sem anunciar quais. Não havendo questões técnicas de falta de competência ou outras a referir durante o seu período de chefia, que questões justificaram tais factos? Mas se aqui o executivo esteve muito mal, ainda pior esteve com a nomeação de substitutos para os mesmos lugares. Senão vejamos: no caso da Divisão de Administração do Território que tem a seu cargo, entre outras competências, a gestão das obras públicas, do saneamento, do abastecimento de água, da recolha de resíduos sólidos, até então chefiada por uma engenheira do ambiente, com vários anos de experiência, foi nomeada para o lugar de chefe da Divisão de Administração do Território alguém com uma licenciatura em Biologia/Geologia, ramo educacional, sem nenhuma experiência na área. O despacho de nomeação também tornado público refere os argumentos para a nomeação da nova titular que, na sua lógica, só por brincadeira se pode argumentar tal como justificação válida para a sua nomeação. Relativamente à Divisão de Desenvolvimento Social que tem a seu cargo toda a gestão com as áreas sociais e educacionais entre outras, anteriormente chefiada por uma licenciada em Educação Social, com uma experiência de vários anos, tem como argumentos para a sua substituição os mesmos invocados no caso anterior, ou seja nenhuns. Foi nomeada para o lugar uma técnica superior com licenciatura em



Engenharia Zootécnica, sem qualquer experiência que se enquadre nas competências desta divisão. Que experiência pode ter uma técnica da área da agricultura, que nunca exerceu nenhuma função na área social ou educacional? Não bastassem os casos acima referidos para serem suficientes para não concordarmos com esta alteração, ainda acresce outro fator relativamente a uma outra divisão, a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território. Tendo sido os serviços desta divisão, durante a campanha, alvo do que já foi referido por si - atrasos e demoras nos licenciamentos dos projetos – verifica-se nos documentos que até há uma redução ao nível do pessoal técnico o que certamente até pode não ajudar no desenvolvimento dos processos em análise. Feita esta análise e estes antecedentes, verifica que nesta proposta apenas se transferem as competências de umas divisões para outras, com as alterações dos seus nomes e o aumento do seu número. Nada de concreto e demonstrativo de que com esta proposta os serviços municipais passam a ser mais céleres e operacionais. Nada nesta proposta é demonstrativo da preocupação que deveria existir relativamente à elevada percentagem de funcionários em idade avançada, muitos deles prestes a alcançar a idade de reforma. É igualmente notória nesta proposta qual o perfil pretendido a cada chefia de divisão. Basta ver na listagem de pessoal quais as licenciaturas exigidas para alguns dos lugares de chefe de divisão que não têm rigorosamente nada a ver com as competências dessa unidade orgânica. São as adequadas às pessoas que se querem nomear? Entende que não se pode esquecer que estes lugares não são de confiança política mas sim lugares em que a competência, a experiência na área e a formação académica deveriam ser os elementos chave para o cargo. Concluindo, entende nesta proposta que ela não corresponde às necessidades e ao perfil definido para as áreas em causa. O funcionamento do município deve ser pensado nas necessidades e não pode estar interligado ou coagido por interesses que não vão ao encontro das lideranças do próprio serviço pois tal só poderá de alguma forma demonstrar que os mecanismos de liderança dos próprios serviços não estão a funcionar. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, em primeiro lugar, verificam que o executivo, nesta nova proposta, responde ao solicitado na Assembleia anterior pela bancada do Partido Socialista, o que lhes permite tomar a sua posição de uma forma mais sustentada. Constatam que realizaram uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

redução no número de unidades de terceiro grau, passando das seis inicialmente propostas para apenas duas, e nas de segundo grau para mais uma. Contudo, a relação da criação destas novas unidades orgânicas com o aumento da eficiência nos serviços a elas alocadas não lhes parece uma consequência direta uma vez que surgem sem qualquer recurso humano afeto para além das chefias. De notar de igual forma que, após tanta crítica à DPOT, acabaram por manter o chefe de divisão, o que reflete uma mudança de opinião a partir do momento em que constatarem a realidade daqueles serviços. Ainda no que concerne a esta divisão, manifestam preocupação por terem extinguido um dos lugares a ela afetos, sendo que o interesse, na sua ótica, deveria ser o seu reforço em termos de recursos humanos. Falou também do Gabinete de Apoio ao Agricultor, que também foi alvo de crítica por elementos do PSD durante a campanha, sendo que recentemente a sua representante foi reconhecida, tendo até sido chamada a liderar uma divisão. Preocupa-os que esta revolução nos recursos humanos da Câmara e o natural tempo de adaptação às rotinas de trabalho de cada área ponham em causa o bom funcionamento dos serviços e, em última análise, a população saia prejudicada. Acrescentou que também não deixa de ser curioso que a composição do júri de recrutamento seja constituída exclusivamente por elementos de autarquias do PSD. Após esta análise, resta-lhes esperar que os novos chefes de divisão escolhidos tenham formação na área específica em que vão intervir para que assim seja garantido o serviço eficiente a todos os mondinenses. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que a proposta, como é do conhecimento público, resulta de uma anteriormente apresentada no passado mês de dezembro e que foi chumbada, com um conjunto de apreciações que na proposta apresentada tentaram resolver. Na primeira proposta tinham estabelecido um número máximo de unidades a criar e, até pelas questões que foram alocadas, entenderam que desta vez, e até porque têm outra maturidade relativamente à transferência de competências, de lá para cá já tiveram reuniões com as respetivas tutelas, e até também para que não haja espaço ou azo a qualquer dúvida, apresentaram unidades específicas, com a caracterização de cada uma delas. Não podem, por um lado, ter aqui uma expectativa de terem aqui todo o detalhe técnico e depois confundir pessoas com a estrutura como o senhor deputado Fernando



Silva fez aqui uma alusão às duas partes. Não podem ter escolhas em função das necessidades e depois falar aqui em pessoas. Obviamente que, se a primeira proposta tivesse sido validada, aquilo que aconteceu em janeiro foi o término de três comissões de serviço, teria sido numa condição completamente diferente e, quando faz aqui alusão de que no caso do Urbanismo houve aqui uma renovação, simplesmente as comissões que não cessaram continuaram pelo que não aqui uma renovação. Não se trata aqui de umas que não foram renovadas e outras foram renovadas. Aquelas que não terminaram continuam até à data com a normalização do prazo da comissão. Aconteceu em janeiro que as três comissões tiveram o seu término, não renovaram, e não tinham condições porque havia intenção de apresentar uma nova proposta. Se vai haver aqui uma nova proposta esperam que ela possa também ser recetiva e haverá aqui também um novo processo de recrutamento. Primeiro é necessário definir uma estrutura e depois o processo de escolha será um processo transparente com a criação de um júri que o possa fazer. Relativamente ao Gabinete de Apoio ao Agricultor, e reforçaram muito a importância desta área, que vai ganhar inclusive uma nova dimensão na proposta apresentada, e portanto olham para o setor primário aqui como uma vertente económica e daí a criação de uma divisão de desenvolvimento económico. Na estrutura atual existe uma divisão que trabalha a vertente económica e de gestão, outra a área social, e têm três que trabalham o território. Entendem que havia aqui uma necessidade de criar uma estrutura que pudesse trabalhar a economia e o setor económico e nesta proposta também está aqui vertida que é a criação de uma unidade de desenvolvimento económico que possa responder a algumas situações que já foram aqui abordadas. Atualmente temos o turismo e a agricultura na divisão do urbanismo. Procurar trazer isto para a divisão de desenvolvimento económico, assim como todas as áreas que possam dizer diretamente à iniciativa ao investimento, ao apoio aos nossos empresários, à dinamização da nossa economia, porque só desta forma é que conseguimos ter um desenvolvimento económico que todos quererão. Portanto nesta proposta está vertida a criação dessa unidade de desenvolvimento económico procurando responder a algumas lacunas da organização e trazendo para a esfera económica as atividades que existem no nosso território procurando reforçá-las. Há aqui uma valorização inclusive do gabinete de apoio ao agricultor procurando trazer aqui a dinamização do setor primário



X gre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

para um nível de importância que entendem que deve ter. E, como já foi referido aqui, o executivo teve um programa eleitoral que foi validado nas urnas e confessou que também estava aqui o seu pensamento estratégico para o desenvolvimento do concelho e por isso é que querem também procurar uma estrutura que dê resposta não só à transferência de competências mas também ao próprio programa eleitoral. Para isso obviamente que é necessário ter as condições para o fazer e é isso que estão aqui a discutir. Ouviram aquilo que foram as preocupações na primeira proposta, procuraram também adequá-las e dar uma resposta aquilo que foram as questões colocadas trazendo uma proposta já mais concreta.-----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou à votação a **Proposta aprovação da Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais** que foi aprovada por maioria com nove votos a favor e doze abstenções. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que gostava de justificar a sua abstenção relativamente a esta proposta para dizer que não colocou em causa pessoas e para dizer que para si o que está lógico é o perfil, as capacidades, as competências. O que questionou foi sobretudo isso, rigorosamente nada contra secções, divisões, para si é indiferente essa estrutura. Queria esclarecer que a sua abstenção é para não condicionar os serviços municipais porque, tal como referiu na sua intervenção, de alguma forma discorda da forma como foi feito. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a declaração de voto no sentido da abstenção dizendo que este organigrama, mas acima de tudo o quadro de pessoal proposto tem várias lacunas, um prazo de validade muito curto e, neste momento, não ostenta eficácia nem eficiência aos serviços. Contudo entendem que, pese embora os sinais não serem os melhores, não querem que o atual executivo se refugie no chumbo desta proposta como justificação para o pouco que tem feito ou que venha a fazer no futuro. -----

2.6- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Campanhó e Paradança para a manutenção das faixas de gestão de combustíveis -----



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que apenas há duas juntas que têm contrato deste tipo e a sua pergunta é se as outras juntas não manifestaram interesse nesses contratos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder ao senhor deputado dizendo que foram contactadas todas as juntas de freguesias e uniões de freguesias e estas foram aquelas que entenderam que deveriam aceitar, não obstante que outras ainda o possam fazer. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Campanhó e Paradança para a manutenção das faixas de gestão de combustíveis que foi aprovada por unanimidade. -----

2.7- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros para a manutenção das faixas de gestão de combustíveis -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros para a manutenção das faixas de gestão de combustíveis que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Declaração de compromissos plurianuais e declaração de pagamentos e recebimentos em atraso -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que é importante registar que, ao contrário do que muitas vezes se diz e se tenta difundir na população, está patente neste documento que a 31 de dezembro de 2021 esta Câmara não tinha qualquer dívida. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para colocar duas questões que têm a ver com pagamentos e recebimentos em atraso e daquilo que é possível ver existem recebimentos registados e contabilisticamente apurados que aparecem elencados e o que lhe parece é que há dívida acumulada no valor de 109.292,18€ e queria também deixar aqui um reparo que acha que é significativo:



f me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

normalmente os reparos que são feito não são feitos em termos individuais e a única questão que aparece aqui e que acha discriminatória é por que motivo na descrição das dívidas se discrimina um contribuinte que aparece completamente identificado? Não acha isso correto. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para prestar um esclarecimento no sentido de dizer que os documentos não demonstram que a Câmara não tem qualquer dívida a 31 de dezembro. Era bom que assim fosse porque infelizmente continua a ter. Relativamente à questão colocada pelo deputado Fernando Silva, referiu que esta era uma informação técnica e que presume que seja a única situação com rendas de edifícios em atraso. De qualquer forma irá procurar saber se tinha mesmo que ser assim a demonstração. -----

2.9- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que muitas vezes se falou aqui em avenças e excesso de gorduras nas contas da autarquia. Ora o que conseguimos aqui aferir desta informação é que estas avenças aumentaram em número e em despesa. Também não deixa de ser curioso quem são alguns dos beneficiários destas avenças mas essa leitura ficará certamente a cargo de todos os mondinenses. -----

2.10- Intervenção do público -----

O cidadão Fernando Carvalho Gomes, tendo -se inscrito para falar neste ponto da ordem do dia, usou da palavra para em primeiro lugar dizer que, passados seis meses depois das obras de saneamento da freguesia de São Cristóvão verificam-se três situações que ainda não estão resolvidas, situações que afetam os automobilistas: a pintura da estrada de Pedra Vedra, falta fazer a ligação do caminho da bouça do lameiro no Alto da Corda com a estrada 304 e, por último, qual a razão para que quando se vem da estrada 304 e se vira para o Parque de Campismo ainda tudo esburacado. Colocou também uma dúvida que tem a ver com qual a razão para que o saneamento que vai para o hotel não foi até parque de estacionamento. O que ouviu dizer é que o caminho é do Aqua Hotels e a sua dúvida é se aquele caminho é ou não do domínio público pelo que perguntou se o caminho é privado porque é que tem lá uma placa da toponímia? ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, referiu que estavam a fazer o levantamento das situações que precisavam de intervenção e de pinturas que não estavam contempladas na empreitada. Sabe que existem transtornos para os automobilistas mas espera que na intervenção que será feita nos pós saneamento se consiga encontrar uma solução. Sobre a questão do caminho do hotel julga que ele será privado mas procurará saber, até pela questão que o senhor Fernando Gomes colocou a seguir sobre a toponímia. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 29 de abril de 2022, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----


Emília Gonçalves